

## PANEGÍRICOS DE D. JOÃO III DE DOIS HUMANISTAS DE QUINHENTOS: JOÃO DE BARROS E INÁCIO DE MORAIS\*

AIRES DO COUTO

### 1. Conceito de panegírico

O panegírico é uma composição literária, em prosa ou verso, em que se exaltam as acções e as virtudes de uma determinada pessoa ou se celebram os feitos de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal<sup>1</sup>. Insere-se no género oratório, e, como a própria etimologia do termo indica (panegírico < do grego *panegyrikós* - elogio público pronunciado numa festa nacional), destinava-se, inicialmente, a ser proferido perante uma assembleia pública, mas apenas em ocasiões solenes, distinguindo-se da oração fúnebre e do simples elogio. O próprio João de Barros define, no início do seu *Panegírico de D. João III*, as características deste tipo de composição encomiástica, dizendo:

Não sem causa, muito alto e muito poderoso Rei e Senhor, costumavam nos tempos antigos louvar os excelentes homens em sua presença, por que dando louvor justo e manifesto ao grande merecimento das pessoas, assi os presentes, como os que viessem depois, tomassem exemplo e fizessem tais obras, com que merecessem o mesmo louvor; e pera o nome dos tais ser mais celebrado, soíam nas mores festas e ajuntamentos do povo publicar os tais louvores, que por esta razão chamaram "panegírico", que quer dizer "ajuntamento".

Na antiga Grécia, os panegíricos parecem ter sido frequentes, particularmente no momento das Olimpíadas, que atraíam vastas multidões de todas as partes da Hélade, e em que era habitual celebrar em panegíricos os vencedores dos jogos e temas de interesse

---

\* Este artigo tem por base uma comunicação apresentada no Ciclo de conferências comemorativo do 5º centenário do nascimento de João de Barros, Viseu, 22 de Novembro de 1996.

<sup>1</sup> Vd. J. PRADO COELHO (1987, vol.3: 782).

colectivo. Dos panegíricos da Grécia antiga merece destaque o *Panegírico de Atenas*, composto por Isócrates.

Em Roma, o panegírico tinha como fim o louvor individual do cidadão que se distinguiu na comunidade, e propunha, indirectamente, o exemplo do homem ilustre aos olhos dos seus contemporâneos e das gerações vindouras. Era, pois, o elogio de um homem de reconhecida qualidade, e podia ser feito tanto em vida como após a morte do homenageado. O panegírico podia ainda comemorar, além dos feitos humanos, os feitos divinos, mas, a partir do tempo de Plínio, passou a consagrar-se quase exclusivamente ao louvor palaciano e imperial.

Na Roma imperial, a ideologia está na base de uma produção imensa, que tem por temática não apenas a natureza do poder real, mas sobretudo o ideal da realeza e o conceito de príncipe ideal, retratado como rei providencial, como verdadeiro *pater patriae*. É, de facto, no género panegírico que encontramos a maior propaganda político-ideológica imperial romana. Nesta época, os panegíricos surgem em número significativo, quer na língua grega quer na latina<sup>2</sup>.

Um exemplo bem representativo deste tipo de louvor é o *Panegírico de Trajano*, de Plínio-o-Moço, uma das mais afamadas obras da Antiguidade Clássica, que viria a servir de modelo ao *Panegírico de D. João III*, de João de Barros. A obra de Plínio-o-Moço, escrita em 100 d. C. e dirigida a um príncipe ainda vivo, é marcada pela universalidade e intencionalidade da caracterização da figura do príncipe e da sua acção, cujas qualidades humanas e cuja conduta fazem dele um príncipe perfeito<sup>3</sup>. Este conceito de príncipe manter-se-ia ao longo dos tempos, tendo servido de modelo para outros panegíricos, como se pode verificar numa colectânea de panegíricos

---

<sup>2</sup> Entre os panegiristas gregos, podemos destacar, entre outros, Élio Aristides, com o seu *Panegírico a Marco Aurélio*; Temístio, com os seus dezanove discursos endereçados a Constâncio, a Joviano, Valêncio e Teodósio; e os de Libânio, relativos ao reinado de Juliano.

Nos latinos, podemos salientar o *Panegírico de Messala*, em verso, atribuído durante muito tempo a Tibulo; o *Laus Pisonis*, dirigido com toda a probabilidade a Calpúrnio Pisão, e o *Panegírico de Domiciano* de Estácio.

Sobre a ideologia imperial romana veja-se N. C. SOARES (1994: 31-37).

<sup>3</sup> Cf. *Ibid.* p.35.

Trajano é retratado não como um senhor dos seus súbditos mas como um concidadão, um pai de todos, generoso, discreto, respeitador das leis, modelo de conduta para todos os cidadãos, apoiante das letras, das artes e das ciências. Em suma, aparece como uma dádiva dos céus a quem está reservada, como prémio das suas virtudes e méritos, uma glória imortal.

latinos do século IV (*XII Panegyrici ueteres*) que começa precisamente pelo *Panegírico de Trajano*. A visão de príncipe ideal que emana do *Panegírico de Trajano* manteve-se mesmo dentro do modelo cristão. Entre nós, esta obra revestiu-se de especial importância no século XVI, tendo não só servido de inspiração a João de Barros para o seu *Panegírico de D. João III*, mas também merecido uma tradução do bispo D. António Pinheiro<sup>4</sup>, intitulada "Trelladaçam do Panegyrico de Plínio, o Mais moço", e dedicada a D. João III.

Durante a Idade Média e princípios da Idade Moderna, o panegírico decaiu, acompanhando a decadência da oratória em geral.

Em Portugal, o panegírico torna-se, por vezes, a demonstração de uma doutrina, de um código de princípios morais, e o elogio de uma atitude e de um comportamento que deve despertar em cada um o desejo da imitação. Era um género querido dos humanistas que, não raramente, procuravam pagar com elogios ao príncipe, os favores que lhe deviam, facto que muito tem contribuído para a pouca credibilidade histórica que tem sido atribuída aos panegíricos. No entanto, e apesar da natureza de louvor claramente hiperbólico do panegírico, João de Barros, dominado pela ideia da utilidade prática e moralizadora deste tipo de texto, coloca-o mesmo acima da historiografia. A este propósito, diz ele no início do seu já referido *Panegírico de D. João III*:

Se o principal fundamento dos que compõem crónicas e escrevem as cousas passadas é falar verdade, sem dúvida a invenção do Panegírico é de mor autoridade que outra maneira de história; por quanto o Panegírico faz sempre fé do que vê e o representa aos olhos; a história pola mor parte trata do que ouve, e isto encomenda à memória<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Vide A. PINHEIRO (1785: 3-174).

<sup>5</sup> A propósito desta afirmação, o prof. Rodrigues Lapa diz tratar-se de uma "maneira habilidosa e sofisticada de encarar a questão, porque, em realidade, o panegírico não é nem pode pretender ser uma obra histórica: é uma peça literária de adutores e de cortesãos, que atende mais à intenção do que às virtudes reais do elogiado". (In J. BARROS (1943: XXV). Todas as citações do *Panegírico de D. João III* apresentadas ao longo deste artigo foram extraídas desta edição, que passaremos a indicar através da abreviatura *Pan.*).

Parecem-nos um pouco excessivos os termos usados pelo prof. Rodrigues Lapa, pois embora o panegírico seja efectivamente um texto claramente encomiástico e caracterizado por uma eloquência artificial, não pode, contudo, na nossa opinião, ser ignorado por aqueles que se debruçam sobre a vida e a personalidade do elogiado. É mesmo fundamental que ele seja considerado um testemunho importante, mas sempre

A verdade é que o género impõe uma linguagem retórica, adequada à excelência do tema, e nele abundam as repetições e os engenhosos artifícios, como se poderá verificar nos dois textos que analisaremos, particularmente no de João de Barros, facto a que não é alheio o ser bem mais extenso do que o de Inácio de Morais.

Com a ocupação Filipina, o panegírico português conheceu um grande incremento e ganhou foros de validade historiográfica.<sup>6</sup>

O panegírico histórico começa por acusar sinais de declínio com o movimento iluminista do século XVIII. O rigorismo científico instaura-se como método no campo da investigação e, gradualmente, o panegírico passa a ser relegado para o género oratório.

## 2. Panegíricos de D. João III

Foram várias as orações panegíricas dedicadas a D. João III na produção literária do séc. XVI. Das mais significativas na exaltação da figura do rei e da sua política, destacam-se, para além das de João de Barros e de Inácio de Morais, a de António Luís, que é um elogio dos descobrimentos e da paz durante o reinado de D. João III, com especial realce para os temas de filosofia moral e política:

*Panegyrica oratio elegantissima plurima rerum et historiarum copia referta Ioanni huius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi nuncupata, Antonio Ludouico Vlyssiponensi medico auctore. Vlyssiponae. Apud Logdouicum Rotorigium Tipographum. MDXXXIX;*

a de André de Resende: *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Regio anniuersario dedicationis eius die*, pronunciada em 1551, no Colégio das Artes, e que se assemelha bastante à de Inácio de Morais na apresentação das virtudes régias;

e a de Diogo de Teive: *Oratio in laudem Ioannis Tertii Inuictissimi Lusitaniae et Algarbiorum Regis publice pronunciata Conimbricae*, proferida em 1552 e publicada nos *Iacobi Teuui Bracarensis opuscula aliquot in laudem Ioannis Tertii Lusitaniae Regis, et principis eius filii, et fratris Ludouici, atque item*

---

devidamente integrado no seu contexto cultural e cotejado com outras fontes contemporâneas.

<sup>6</sup> Vide e.g. FR. BERNARDO DE BRITO, *A Monarquia Lusitana e Elogios dos Reis de Portugal*; PEDRO DE MARIZ, *Diálogos de Vária História*; FREI LUÍS DE SOUSA, *Os Anais de D. João III*, etc.

*Sebastiani primi Regis eiusdem nepotis. Quorum sequens pagella catalogum continet.* Salmanticae. Excudebant haeredes Ioannis a Iunta Floren. 1558.

O *Panegírico de D. João III*, do ilustre viseense<sup>7</sup> João de Barros, parece ter sido proferido diante do rei aquando da ida do monarca a Évora, no verão de 1533, para visitar as obras do aqueduto daquela cidade, que estava a ser restaurado. É o que, aparentemente, se pode deprender do seguinte passo do panegírico:

Que mor testemunho do que digo queremos que o que este dia e tempo presente nos pode dar, em que não somente faz mais rica e populosa com sua presença a sua cidade de Évora, mas ainda mui desejoso de lhe ser causa de mores bens lhe traz novamente água de mui longe em muita abastança, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água, tam necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprimdo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens? (*Pan.*: 76)

As obras do aqueduto de Évora começaram em 1532 e prolongaram-se até 1536.

Neste panegírico, João de Barros procura realçar as qualidades do monarca, acentuando, no retrato que vai traçando, a vivência do rei, marcada, na sua opinião, por altos valores éticos que imprimem um profundo cunho de nobreza àqueles que os conseguem aceitar como norma de conduta, delineando desta forma o retrato do príncipe ideal.<sup>8</sup> Fá-lo, recorrendo a uma linguagem retórica, adequada ao tema, ainda que, por vezes, se perca numa procura exagerada de efeitos oratórios, em complexos e difusos circunlóquios. Este panegírico, concebido, como já referimos, à imagem e semelhança do *Panegírico de Trajano* de Plínio-o-Moço, desenvolve-se por entre ornatos de retórica, com ditos e feitos colhidos preferencialmente nas obras dos clássicos greco-latinos ou nas Sagradas Escrituras.

Embora composto e aparentemente pronunciado em 1533, o *Panegírico de D. João III* foi publicado pela primeira vez em 1740, na 2ª edição das *Notícias de Portugal* de Manuel Severim de Faria,

---

<sup>7</sup> Alexandre de Lucena e Vale, no artigo "No quarto centenário de João de Barros - Da verdadeira interpretação do *Panegírico da Infanta* à naturalidade viseense do grande historiador" in *Beira Alta* (1970, vol. XXIX, fasc.III: 315-349), parece ter dissipado as dúvidas que ainda podiam restar quanto ao facto de João de Barros ter nascido em Viseu, em 1496.

<sup>8</sup> Sobre o conceito de príncipe ideal no século XVI, veja-se N. C. SOARES (1994: 189-290).

Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca, uma publicação que o professor Rodrigues Lapa considera estar cheia de erros e com algumas lacunas; em 1791 foi impressa uma segunda edição, copiada das *Notícias de Portugal*, por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e Sousa, Lisboa, Oficina de António Gomes. O professor Rodrigues Lapa encontrou, no entanto, na Biblioteca Nacional, um manuscrito (o 3060 do Fundo Geral) que inclui este texto e que ele considera bom.<sup>9</sup> Foi este texto que lhe serviu de base para a edição que publicou, com o texto reconstituído, prefácio e notas, em 1937, na Colecção de Clássicos Sá da Costa.

O *Panegírico de D. João III* da autoria de Inácio de Moraes é mais tardio; foi, como veremos, proferido dezassete anos mais tarde, em 1550. Mas vejamos sucintamente quem foi Inácio de Moraes:

Este importante mas pouco divulgado humanista, professor, poeta, e orador novilatino, nasceu em Bragança, no início do século XVI. Estudou em Paris, onde obteve o grau de Mestre em Artes (1530), e em Lovaina, onde se aperfeiçoou nas letras clássicas. Foi professor de Humanidades em vários colégios, nomeadamente nos do Mosteiro de Belém (1535), do Mosteiro de Penha Longa (1536), do Mosteiro da Costa - Guimarães (1537), e do Mosteiro de Santa Cruz (1540). Em 1542 regressou ao Colégio da Costa para reger a cadeira de Gramática. Em 30 de Setembro de 1546, D. João III nomeou-o professor de uma cadeira de Poesia na Universidade de Coimbra. Em 1548, provavelmente na tentativa de melhorar a sua situação económica, Inácio de Moraes começou a frequentar a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, vindo a obter o grau de bacharel em Leis, em 26 de Julho de 1554. Apesar da frequência do curso de Direito, a situação económica de Inácio de Moraes não melhorou; pelo contrário, viria a agravar-se após a morte de D. João III. Depois de enviuvar, em 1579, o humanista buscou abrigo no Mosteiro de Alcobaça, onde terá falecido nos finais de 1580. A obra de Inácio de Moraes é composta por orações fúnebres e panegíricas, obras poéticas, composições poéticas e cartas dispersas. Algumas dessas obras desapareceram, e as restantes, quase todas muito raras, encontram-se muito dispersas. De entre as obras conhecidas de Inácio de Moraes - um humanista a quem cabe um lugar de relevo na cultura portuguesa

---

<sup>9</sup> Cf. J. BARROS (1943: XXXI)

do século XVI, nomeadamente na literatura quinhentista novilatina<sup>10</sup> - duas são dedicadas a D. João III. São elas:

. *Ignatii Moralis oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioannem tertium, nomine totius Academiae Conimbricensis, atque in eiusdem scolis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, et regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus.*

. *Ignatii Moralis oratio funebris in interitum serenissimi regis Ioannis ad patres conscriptos Conimbricensis Academiae. Conimbricae. Anno MDLVII. Excudebat Ioannes Aluarus Typographus Regius, apud quem est uenalis.*

Vamos ocupar-nos apenas da primeira destas duas obras - a *Oratio panegyrica* - de que existe, na Biblioteca Municipal do Porto, uma edição impressa (sem qualquer referência ao local da impressão, ao impressor e à data) apensa, juntamente com outras orações latinas, às obras várias de Jorge Coelho, num volume, com a cota y'-3-58, que se encontra na Casa Forte da Biblioteca.

A partir deste exemplar da Biblioteca Municipal do Porto foi feita, em 1937, uma edição fac-similada, em Coimbra, aquando do IV centenário do estabelecimento definitivo da Universidade nesta cidade.

Este discurso de Inácio de Moraes nasceu do convite que, no dia 2 de Outubro de 1550, a Academia da Universidade de Coimbra, no Conselho em que se tratou da recepção de D. João III, endereçou ao próprio Inácio de Moraes para que este proferisse, em nome da Universidade, uma oração de saudação a D. João III, aquando da sua visita a Coimbra.<sup>11</sup> Esta oração viria a ser pronunciada na sala grande

---

<sup>10</sup> Sobre este importante humanista português pouco divulgado, veja-se A. P. COUTO (1995).

<sup>11</sup> A acta do Conselho da Universidade em que se tratou da recepção de D. João III e se escolheu Inácio de Moraes para proferir a oração de saudação foi publicada pelo prof. M. BRANDÃO (1941-1969, vol. II, parte I: 270-271).

O ambiente que antecedeu e rodeou a visita de D. João III a Coimbra, em Novembro de 1550, foi retratado por A. M. S. CASTRO no estudo intitulado "Vinda de El-Rei D. João 3º a Coimbra no ano de 1550", publicado nos nºs 2, 3, 4 e 6 do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade*, vol. I (1914), nas páginas 78-86; 140-147; 191-194; 291-294, respectivamente.

dos Paços no dia 8 de Novembro, e foi "muito louvada e de muita autoridade"<sup>12</sup>.

Por sua vez, João de Barros encontrava-se profundamente ligado a D. João III por ter começado a servir desde tenra idade no Paço Real<sup>13</sup> e ter sido moço de guarda-roupa do futuro monarca, que o terá incitado às primeiras tentativas literárias. Foi, aliás, na Escola do Paço, que aprendeu as artes liberais, as ciências e o latim e o grego. Percorreu, mais tarde, uma carreira de funcionário, primeiro, a partir de 1525, como tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta, depois, de 1533 a 1567, como feitor da Casa da Índia. Em suma, gozou durante largas décadas da confiança política da coroa e, nos últimos anos da sua vida, beneficiou mesmo de avultadas tenças régias, insuficientes, no entanto, para o libertar das muitas dívidas contraídas. A amizade entre João de Barros e D. João III terá começado na infância - João de Barros era apenas seis anos mais velho do que D. João - e ter-se-á mantido ao longo da vida, explicando-se, deste modo, a protecção que o monarca lhe foi dispensando. O próprio humanista o confessa no seu *Panegírico*, onde, ao falar do que o rei faz para o bem estar do seu povo, diz:

Com muita razão digo isto, pois por minha boa sorte sam um daqueles que se logram deste tamanho bem. (*Pan.*: 4)

Também Inácio de Moraes nutria por D. João III uma enorme admiração e uma profunda gratidão. A este monarca ficou o humanista bragantino a dever grande parte daquilo que ele foi ao longo da sua vida. Ele próprio o reconhece na sua *Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae regem diuum Ioannem tertium*<sup>14</sup>:

---

<sup>12</sup> A acta do Conselho em que se falou do modo como decorreu a oração de Inácio de Moraes foi também publicada pelo prof. M. BRANDÃO (1941-1969, vol. II, parte I: 274-275).

<sup>13</sup> Nascido em Viseu, em 1496, foi para Lisboa ainda criança.

A biografia de João de Barros não oferece grandes dificuldades desde que Manuel Severim de Faria publicou em Évora, em 1624, a *Vida de João de Barros*, e, já no início do nosso século, António Baião procedeu a um levantamento quase exaustivo de documentos inéditos sobre a vida de João de Barros, que publicou em Coimbra, em 1917, precisamente sob o título *Documentos Inéditos sobre João de Barros*.

<sup>14</sup> Sempre que nos referirmos a esta obra, fá-lo-emos recorrendo à abreviatura *Or. pan.*

*Ipse ab ineunte aetate duos uitae casus, rex clementissime, tua liberalitate sustento. Pro qua priuato quoque officio ad gratias tibi agendas adducor.* (fl.C)

Eu próprio, desde a mais tenra idade, suporto, com a tua liberalidade, rei clementíssimo, as duras desventuras da vida. Por isso sou levado a ter de te agradecer também por este favor pessoal.

Foi, de facto, graças à generosidade de D. João III que Inácio de Moraes, na qualidade de bolseiro do rei, foi estudar para Paris, provavelmente em 1526. Ele próprio alude aos bolseiros de D. João III no seu panegírico:

*Nam et complures adolescentes Parisiorum Lutetiam ad capiendum ingenii cultum tuo sumptu, alendos misisti.*<sup>15</sup> (fl. Aiiiij)

Na verdade, enviaste para Paris vários jovens para se cultivarem, a expensas tuas.

A estes mesmos bolseiros já se referira João de Barros no seu *Panegírico de D. João III*, onde, deixando claro o seu apoio a esta decisão régia, faz a apologia do ensino das letras. Diz o humanista:

Que direi dos moços, que V. Alteza à sua própria custa mandou e cada dia manda à Universidade de Paris aprender as artes liberais e santa teologia, por que a honra de seu reino não menos nas letras que nas outras virtudes seja por ele acrescentada? Louvado é o emperador Trajano, por mandar criar cinco mil meninos romanos pobres à sua custa; mas tanto V. Alteza é digno de mór louvor que Trajano, quanto a doutrina e ensino das letras se deve mais estimar que toda a outra criação. (*Pan.*: 75)

Como veremos, estes dois panegíricos não se limitam a ser um agradecimento e um reconhecimento por tudo o que o rei fez pelos dois humanistas, eles transmitem-nos também inúmeros dados sobre a sua visão de alguns problemas da época e da personalidade do rei, cujas qualidades os dois humanistas não se cansam de elogiar, com o intuito de o apresentarem como um príncipe ideal, que, como diz João de Barros, à semelhança do que é dito por Plínio-o-Moço no seu

---

<sup>15</sup> Foram, de facto, inúmeros os bolseiros enviados por D. João III para escolas estrangeiras, nomeadamente Paris, Salamanca, Roma, Lovaina, etc..

Sobre o interesse de D. João III pela ida de estudantes portugueses para grandes centros de cultura, veja-se J. S. SILVA DIAS (1969, vol. I: 347-351).

Panegírico dedicado a Trajano, "mais parece pai de todos, que rei e senhor" (*Pan.*: 140).

De acordo com o que é dito pelos dois humanistas, as qualidades do monarca são tais que ultrapassam as de todos os outros reis. Por isso, segundo Inácio de Moraes, todos os seus súbditos agradecem a Deus o ter-lhes dado um tão notável soberano, cuja figura majestosa o distinguiu, logo desde o nascimento, entre todos os seus irmãos e o apontava facilmente não só como herdeiro do trono mas também para os maiores feitos:

*Vniversus etiam populus Lusitanus omnesque gentes quae tuo subiacent imperio, sibi congratulantur, quod diuina ope ac prouidentia talis nobis princeps contigeris, qui Pietate, Iustitia, Mansuetudine atque omni denique genere uirtutis omnibus nostrae memoriae regibus antecellis(...) Quicumque igitur te intuetur, rex inuictissime, uere christianum principem, atque omni ex parte perfectum; agnoscit quicumque diuino iussu ad reipublicae gubernaculum sis admotus. Nam et ipsa dignitas oris ac species augusta inter omnes fratres tuos a prima aetate statim eminens, facile te sceptri paterni successorem et ad summum rerum fastigium natum ostentabant. (Or. pan.: fls. Aij vº-Aiij)*

Todo o povo português e todas as gentes que estão sob a tua soberania se congratulam pelo facto de, por auxílio e providência divina, nos ter cabido em sorte um tal príncipe que, pela piedade, pela justiça e bondade e, em suma, por todo o género de virtudes, ultrapassa todos os reis na nossa memória. (...) Todos, portanto, rei invictíssimo, te consideram realmente como um príncipe cristão e perfeito sob todos os aspectos; todos reconhecem que foste enviado pelo divino poder para o governo da nação. Na verdade, não só a própria dignidade do rosto mas também a figura majestosa, que se distinguiu logo desde o nascimento entre todos os teus irmãos, apontavam-te facilmente como herdeiro do cetro paterno e nascido para os feitos mais importantes.

João de Barros realça em D. João III a bondade, a moderação, e o amor que tem ao seu povo e que este lhe retribui. Diz o humanista:

Dous grandes bens, que a todos aproveitam, vemos sempre em V. Alteza: certeza de sua bondade, como se já fôsse rei de muitos anos, e grande comedimento, como se pouco há que começasse de reinar. (...) Mas posto que V. Alteza desta temperança, que usa, e amor que tem a seu povo, não queira na vida outro interêsse que a execução da mesma virtude, que pola mór parte dá de si tanto contentamento que escusa toda a outra satisfação, com tudo daqui nasce ser já tam bem-quisto de seus vassallos, que cada um deles o ama como a pai e teme como a seu rei e senhor natural. (...) Sem dúvida todos estes louvores cabem em V. Alteza, e nisto se pode ver com quanta razão merece ser amado de seu povo, o qual tanto mais verdadeiramente o ama, quanto mais certo vê e sabe que as mercês, que lhe faz, vem de sua própria bondade, sem

algum seu particular respeito, que então é verdadeiro amor, quando as boas obras nascem dele só e não da esperança dalgum interêsse. (*Pan.*: 61-62 e 74)

E, na sua opinião, este amor do monarca pelo seu povo é bem visível na atitude do rei durante a fome de 1522, que João de Barros retrata da seguinte forma:

Mas como poderei eu dizer a estremada diligência que V. Alteza usou nos tempos das grandes esterilidades de seus reinos, mandando vir trigo de diversas partes do mundo, aventurando grande soma de dinheiro, e suas armadas a tantos perigos, vencendo as desordens dos tempos e contrária constelação do céu, por que seu povo não sentisse fome e vivesse contente e abastado, com tam verdadeira piedade e amor, como se ele sómente fôra o que a sentira? Grande mal é a míngua das cousas, que muito importam à vida, de que nascem mil queixumes e descontentamentos; e por isso tanto mór louvor merece o príncipe, que atalha as necessidades de seu povo. (*Pan.*: 71-72)

João de Barros reaçã ainda a bondade do nosso monarca, ao apontar, nas páginas 30-32 do seu *Panegírico*, exemplos de muitos reis que se incompatibilizaram com os seus vassallos, filhos, irmãos e parentes, chegando mesmo alguns deles à guerra civil. Põe também em relevo, apontando exemplos nas páginas 64-68, o quão prejudicial é para os príncipes o ódio do povo, de tal modo que, diz João de Barros:

Mal se pode conservar o reino em que os vassallos hão medo ao príncipe e não lhe querem bem. (*Pan.*: 62) Não podem os súbditos amar ao príncipe, que os não ama. (*Pan.*: 64)

No século XVI, a excelência e perfeição física e moral do príncipe eram atributos considerados indispensáveis na figura do governante<sup>16</sup>. A poesia da época deixa transparecer claramente este ideal de perfeição física e moral que o rei deve encarnar. Gil Vicente, na sua *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, chama a D. João III "o mais fermoso Rei / que ha na face da terra."

Mas vejamos então quais as qualidades que, segundo João de Barros e Inácio de Moraes, fazem de D. João III um príncipe perfeito e o rei mais virtuoso.

João de Barros considera a prudência uma virtude necessária, não só a qualquer príncipe mas também a qualquer homem, e, neste

---

<sup>16</sup> Vd. N. C. SOARES (1994: 267-269).

aspecto, D. João III é, na sua opinião, perfeito. Vejamos as palavras do humanista viseense:

Entre as virtudes que são necessárias pera não somente o príncipe, mas qualquer homem ser justo, sempre o primeiro lugar foi dado à prudência. (...) Em tôdalas partes da prudência V. Alteza é tam perfeito, como nas outras que já dsse da justiça; nem poderia ser tam justo, se não fôsse tam prudente. (*Pan.*: 104)

Esta ideia, também defendida por Inácio de Moraes, aparece não só confirmada como ainda reforçada no *Panegírico* do humanista bragantino, onde é realçada também a subtileza de pensamento do rei:

*Mirantur omnes tuum grauissimum iudicium atque acerrimam mentis aciem, cum res nulla sit tam perplexa, nullum negotium tam implicatum atque inuolutum, quod tu prudentissima ratione non facile expedias. (...) Igitur cum omnium uirtutum ianua sit prudentia (ut docti uiri scriptis testantur) hinc fit ut omnia prius diligenter circumspicere consueueris, quam quicquam agere tentes magisque tibi placeant sana consilia quam temerarii et caeci impetus, quibus multi duces impulsu sese et ciues suos perditum iuere. (Or. Pan.: fl.Aiij vº)*

Admiram todos o teu muito rigoroso juízo e a tua muito penetrante subtileza de pensamento, já que nada é tão ambíguo, nenhuma situação tão obscura e complicada que tu, com prudentíssimo raciocínio, não resolves facilmente. (...) Em suma, como a prudência é a porta de todas as virtudes (como o afirmam homens sábios nos seus livros), daqui acontece que tenhas o hábito de examinar tudo cuidadosamente antes de procurares fazer alguma coisa, e que te agradem mais os sãos conselhos do que os impulsos temerários e cegos, impelidos pelos quais muitos chefes acabaram por perder-se, eles e os seus cidadãos.

Estas qualidades, nomeadamente a prudência, levam Inácio de Moraes a comparar D. João III a Nestor<sup>17</sup>, o famoso rei de Pilos que ficou célebre sobretudo pela sua prudência e eloquência:

*Refers enim illam laudatissimam Nestoris prudentiam, quo loquente uniuersa stupet Graecia et iudicium suum sponte submittit. (Or. Pan.: fl.Aiij vº)*

Fazes lembrar, na verdade, aquela tão louvada prudência de Nestor que, quando falava, toda a Grécia admirava e submetia-se espontaneamente ao seu juízo.

---

<sup>17</sup> João de Barros também faz alusão a Nestor no seu *Panegírico*, p.107.

A defesa das letras é feita pelos dois humanistas nos seus panegíricos. João de Barros elogiou, como vimos, o apoio dado pelo rei aos bolseiros para "que a honra de seu reino não menos nas letras que nas outras virtudes seja por ele acrescentada" (*Pan.*: 75). De facto, diz o humanista:

A todos é notório quanto amor tem às letras, quanto favor, quanto amparo, quanta mercê recebem dele os letrados de toda a ciência; este amor é causa de sua côrte florescer hoje tanto em letras como floresce; este mesmo o faz cuidar novas maneiras e novas invenções d'estudos gerais, por onde as ciências em seu reino não menos cresçam e vão adiante, que as outras virtudes. (*Pan.*: 116)

E conclui:

Se não fôssem as letras e o conselho, que delas aos príncipes nasce, por onde se governam, sem dúvida muita tormenta não poucas vezes passariam as repúblicas. (*Pan.*: 118)

Inácio de Moraes vai mais longe e considera notável o amor de D. João III pela sabedoria, que o levou a ter o cuidado de instruir e formar os seus súbditos, intrépidos e indomáveis por natureza, imitando, deste modo, o rei Numa Pompílio<sup>18</sup> que conseguiu pacificar os intrépidos cidadãos romanos:

*Ex eodem prudentiae fonte nascitur incredibilis ille amor sapientiae quo tu, pulsa ex Lusitania barbarie, ciuium tuorum animos omnibus bonis artibus informandos atque optime instituendos curasti. Etenim cum nostri homines suapte natura feroces et indomiti magis studio Martis quam litterarum essent assueti, non passus fuisti ut in inscientiae tenebris diutius uersarentur, Numam Pompilium in hoc imitatus qui Romanos ciues bello feroces ad religionis cultum et pacis studia transtulit. (Or. pan.: fls. Aiiij<sup>o</sup>-Aiiij)*

Da mesma fonte da prudência nasce aquele inacreditável amor pela sabedoria com que tu, expulsa a barbárie de Portugal, tiveste o cuidado de, por meio de todas as belas letras, instruir e formar muito bem os espíritos dos seus súbditos. Com efeito, como os nossos homens fossem, pela sua natureza, intrépidos e indomáveis, e estivessem mais habituados ao prazer de Marte do que ao das letras, não suportaste que vivessem por mais tempo nas trevas da ignorância. Nisto, imitaste Numa Pompílio que trouxe da guerra para o culto da religião e o amor da paz os intrépidos cidadãos romanos.

---

<sup>18</sup> Também João de Barros aponta o exemplo de Numa Pompílio como pacificador do povo romano (vd. *Pan.*: 40-44).

A defesa das letras por parte de D. João III não se limitou à concessão de bolsas, como vimos, a vários estudantes portugueses para que pudessem ir estudar para o estrangeiro, mas teve um ponto alto na criação, em Coimbra, de uma nova Academia, capaz de competir com as universidades estrangeiras. A este facto alude Inácio de Moraes, dizendo:

*Nam, et complures adolescentes Parisiorum Lutetiam ad capiendum ingenii cultum tuo sumptu alendos misisti et nouam hic litterarum Academiam erexisti quae non modo externas omnium gentium scholas possit lacessere sed ueteres etiam Athenas in nostra haec tempora reuocare uideatur. Quod est enim disciplinae genus quod non hic maxime uigeat et in quo tam paucis annis Lusitana iuuentus elaborans non excultissima euaserit? (Or. Pan.: fl. Aiiij)*

Na verdade, não só enviaste para Paris vários jovens para se cultivarem, a expensas tuas, como também erigiste aqui uma nova Academia de Letras que pode, não só competir com as escolas estrangeiras de todos os povos, mas que também parece fazer voltar para estes nossos tempos a velha Atenas. Na realidade que género de disciplina há que aqui não floresça extraordinariamente, e no qual, em tão poucos anos, à força de trabalho, a juventude portuguesa não haja saído cultivadíssima?

Inácio de Moraes recorda que, ao transferir a Universidade para Coimbra em 1537, D. João III contratou um corpo docente praticamente novo, mandando vir de toda a parte mestres portugueses ou estrangeiros, muito bem pagos, que assumiram a regência das principais cadeiras:

*Acciuiisti undecunq̄ue ingentibus praemiis duces eximios atque omnium disciplinarum armis instructos qui studiosae cateruae ordines ducerent, pro galea, et thorace altissimam rerum scientiam abicientes pro gladiis linguas dissertissimas, pro clypeis doctissimos libros, pro pilis promptissimos calamos. (Or. pan.: fl. Aiiij)*

Mandaste vir de toda a parte, com grandes regalias, mestres exímios e munidos das armas de todos os conhecimentos, para que conduzissem as fileiras da multidão de estudantes que renunciavam ao muito sublime conhecimento das coisas em favor do capacete e da couraça, às línguas muito eloquentes em favor dos gládios, aos doutíssimos livros em favor dos escudos, às sempre disponíveis canetas em favor dos dardos.

E por ele a Alma Mater Conimbricense era generosamente sustentada e engrandecida, de tal modo que a sua fama já se estendera pelo mundo inteiro:

*Abs te enim magnis fundata sumptibus in immensum crescit, abs te, princeps clementissime, magnifice excolitur, ornatur, atque augetur. Tuo denique ductu atque auspicio omnibus bonarum artium studiis efflorescens, totum iam orbem terrarum nominis sui fama complevit. (Or. Pan.: fl. Aijv<sup>o</sup>)*

Fundada de facto por ti, cresce imensamente com grandes dispêndios. Por ti, príncipe clementíssimo, é generosamente sustentada, ornada e engrandecida. Finalmente, brilhando com a tua administração e autoridade, em todos os estudos das belas letras, encheu já o mundo inteiro com a fama do seu nome.

Inácio de Moraes justifica a paixão do rei pela sabedoria com o facto de o monarca ter consciência de que Deus não concedeu aos homens nenhum dom maior, e que ela é necessária para uma vida honesta e feliz, e indispensável ao governo de qualquer nação:

*Nimirum intelligis probe ex iis etiam quae in adolescentia ab optimis magistris percepisti, nullum sapientia maius donum mortalium generi a Deo optimo maximo esse tributum. Quid enim hac utilius? Quid iucundius? Quid magis necessarium? Sine cuius praesidio nec bonorum et malorum discrimen cognosci, nec pax conseruari, nec honestae et beatuae uitae ratio teneri, nec denique ulla respublica administrari potest. (Or. pan.: fl. Aiiijv<sup>o</sup>)*

Compreendes, sem dúvida perfeitamente, pelas coisas que na tua adolescência aprendeste de ótimos mestres, que à raça dos mortais não foi dado por Deus muito bom e muito grande nenhum dom maior que a sabedoria. Com efeito, que há de mais útil do que ela? Que há de mais agradável? Que há de mais necessário? Sem a sua ajuda não pode ser conhecida a diferença entre bons e maus, nem a paz pode ser conservada, nem pode manter-se a regra de uma vida honesta e feliz, nem, finalmente, ser governada qualquer nação.

Com este seu amor pela sabedoria, D. João III conseguiu, segundo Inácio de Moraes, despertar na gente lusitana, em tempo de paz, o gosto pela obtenção do louro triunfal proveniente das vigílias literárias:

*Effecisti igitur, rex inuictissime, ut cum gens Lusitana assiduo bello cum barbaris nationibus et orthodoxae religionis inimicis confligat, non minus domi ex litterarum uigiliis quam belli ex hoste deuicto laurum sibi quaerat triumphalem. (Or. pan.: fl. Aiiijv<sup>o</sup>)*

Em suma, fizeste, rei invictíssimo, com que a gente lusitana, embora lute, em guerra contínua, com as nações bárbaras e com os inimigos da religião verdadeira, não procure menos para si, em tempo de paz, o louro triunfal proveniente das vigílias literárias, do que, em tempo de guerra, o que provém do inimigo vencido.

Este entusiasmo régio pelas letras, que levou Inácio de Moraes a considerar D. João III o maior patrono e mecenas das letras ("maximus litterarum patronus et Maecenas" ) (*Or. pan.:* fl.Cv<sup>o</sup>) é tanto mais digno de admiração quanto se sabe que D. João III era, como reconhece o próprio Inácio de Moraes "um príncipe não muito culto":

*Vt saepe demiraremur principem non ita litteris doctum, usque adeo tamen incredibili quodam litterarum amore flagrare.*<sup>19</sup>

Muitas vezes nos admirávamos de um príncipe não muito culto se entusiasmar tanto num extraordinário amor pelas letras.

Estas palavras de Inácio de Moraes, proferidas numa oração claramente laudatória, são extremamente importantes, pois funcionam de certo modo como uma prova da sinceridade das palavras do humanista, numa época em que as pessoas nem sempre o eram, elogiando-se habitualmente uns aos outros de forma pouco sincera. Estas palavras parecem-nos também importantes para se poder atribuir algum valor histórico a estes textos de João de Barros e de Inácio de Moraes, não esquecendo nunca, contudo, que estamos na presença de textos com objectivos claramente encomiásticos.

D. João III é também retratado pelos dois humanistas como sendo um profundo cultor da justiça. Aliás, recordando Platão, João de Barros defende que um dos piores defeitos que um rei poderia ter era infringir as próprias leis que decretava para o governo da república, pois o príncipe, como emanção de Deus, deve assumir-se como representante da perfeita justiça. A este propósito diz o humanista:

Antre as virtudes de que príncipes e governadores das respúblicas tem mór necessidade, pera o descanso e conservação de seus estados, sempre o primeiro lugar foi dado à justiça; e isto com muita razão, porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por ele são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir, e dele, como de uma excelente pintura, tomar o debuxo

---

<sup>19</sup> In *Oratio funebris in interitum serenissimi regis Ioannis ad patres conscriptos Conimbricensis Academiae*, fl.Aiiij<sup>o</sup>.

que cumpre à perfeição de seu ensino. Pois se bem olharmos quam justamente estes reinos são governados por V. Alteza, e quanto do princípio do seu reinado trabalhou sempre por apurar cada dia mais esta parte, certo sam que com grande trabalho poderíamos achar algum príncipe, que com ele neste tempo se pudesse comparar. (*Pan.*: 3-4)

Onde a lei é sujeita ao rei e não o rei à lei, se deve reear que aquele reino se perca mui asinha (*Pan.*: 7)

João de Barros realça a equidade da justiça praticada por D. João III, apesar da sua juventude:

É virtude, por si mui grande, fazer, como faz, a todos justiça igual, sem afeição de pessoas, determinar tantos negócios e dar grandes sentenças sem escândalo de ninguém; mas olhando de quam pequena idade isto começou, cousa que muitos príncipes no cabo de sua vida não puderam alcançar, vem isto a ser tanto mór virtude, que não há louvor tamanho que com muita razão lhe não possa e deva ser dado. (*Pan.*: 4)

Também neste campo, Inácio de Moraes acentua a constante preocupação do monarca em não deixar que se cometessem injustiças contra alguém e que nenhum tumulto ou discórdia crescesse entre os seus cidadãos:

*Quid dicam de iustitia et aequitate? Quarum sic es diligentissimus obseruator ut omnem curam, omne studium huc conferas, ne qua iniuria aut contumelia alicui inferatur ne quiue, tumultus aut discordiae inter ciues tuos excitentur. (Or. Pan.: fl. Aiiijv<sup>o</sup>)*

Que direi da tua justiça e equidade, das quais tu és um cultor tão diligente que dedicas todo o teu cuidado e toda a tua preocupação a isto, a saber: que não seja cometido contra alguém uma injustiça ou insulto, e que nenhum tumulto ou discórdia cresça entre os teus cidadãos.

A sua justiça era marcada por uma grande e natural severidade, à qual se juntavam um sentimento de humanidade e uma profunda moderação e clemência:

*Et cum tibi magna quaedam et naturalis insit seueritas, sic tamen eam cum humanitate misces ac tale temperamentum adhibes ut nec malefici admissi sceleris impunitatem sibi promittant nec rursus miseri et calamitosi (dum res poscit) misericordiae tuae diffidant. (Or. pan.: fls. Aiiijv<sup>o</sup>-B)*

E embora possuas uma grande e natural severidade, juntas-lhe, todavia, um tal sentimento de humanidade, e apresentas tal moderação, que nem os malfeitores nutrem a esperança da impunidade do crime cometido, nem por sua

vez os pobres e os infelizes (quando a ocasião o exige) desconfiam da tua misericórdia.

E a clemência e humanidade do rei eram, diz João de Barros, iguais para com os poderosos ou para com os fracos:

Quem leixará de louvar a verdadeira clemência e humanidade de V. Alteza, que não menos usa com os grandes que com os pequenos, em tudo sempre conservando o que cumpre a sua real autoridade? (*Pan.*: 93)

Um dado importante relativo à aplicação da pena de morte no reinado de D. João III é fornecido pelo *Panegírico* de Inácio de Moraes:

*Vnum tamen illud quod praecipuum memoriae occurrit, nullo equidem modo tacitus praeteribo, quod cum caeteri orbis terrarum principes suis praefectis et magistratibus ultimo supplicio sontes condemnandi ius permittant, eam potestatem, in Lusitania, nemini tu ita concedis, ut ei liceat sine tuo consensu nigrum praefigere ????(Or. Pan.: fl. Bvº)*

No entanto, há uma coisa notável que me ocorre à lembrança e que de modo nenhum calarei, é o facto de que, enquanto os outros príncipes da terra confiam aos seus governadores e magistrados o direito de condenar à morte os criminosos, a ninguém, na Lusitânia, concedes esse poder, de tal modo que se possa fixar o negro thêta sem o teu consentimento.

Deixando transparecer mais uma vez os seus conhecimentos de cultura clássica, João de Barros compara de forma directa D. João III com Catão de Útica, também ele profundo conservador da justiça e exemplo de homem íntegro e inflexível, dizendo:

Pois se Catão, cidadão de Roma, por dar bom exemplo de si, conservando a justiça e leis de sua cidade mereceu louvor imortal, que glória deve de ser a de V. Alteza, governando tam santa e justamente tantos povos e desvairadas províncias, aproveitando com seu exemplo a tantas gentes, que dele, como de seu natural rei e senhor, o folgam de tomar. (...) Era Catão justo, porém áspero em toda a administração da república, por onde mais era louvado que bem-quisto; V. Alteza sempre temperou sua real gravidade com muita humanidade e clemência, de tal maneira soube ajuntar cousas em si tam diferentes, que nem por ser muito grave leixa de ser amado. (*Pan.*: 8-9)

A presença simultânea da severidade e da clemência na justiça do rei levam também Inácio de Moraes a comparar D. João III com Catão

de Útica e com César. Com o primeiro rivalizava na severidade, com o segundo na clemência:

*Itaque quod Sallustius inquit de C. Caesare et M. Catone, diuersis utrumque uirtutibus summam laudem esse consecutos, in te solo dispares hae uirtutes mutuo consensisse uidentur ut et Catonis seueritatem et Caesaris clementiam aemuleris. (Or. Pan.: fl.B)*

Por isso, aquilo que Salústio diz de Caio César e de Marco Catão, a saber: que ambos, por virtudes diversas, alcançaram a maior glória; em ti, só, estas diferentes virtudes parecem estar mutuamente de acordo, de tal maneira que rivalizam não só com a severidade de Catão, mas também com a clemência de César.

Também João de Barros se refere à justiça de alguns príncipes, entre os quais David, Alexandre Magno, Octávio César Augusto e Trajano<sup>20</sup>, para concluir que o "nosso natural rei e senhor, com tanta razão pode ser comparado com tam excelentes príncipes." (*Pan.*: 11).

A moral clássica e a doutrina da moderação, muito apreciadas pelos dois humanistas, estão presentes na moderação e na sobriedade do rei, realçadas por João de Barros e por Inácio de Moraes, nomeadamente na forma frugal como o rei se alimentava e na simplicidade com que se vestia. Citando exemplos de muitos outros príncipes da Antiguidade, cultores desta moderação, diz João de Barros a propósito de D. João III:

Mas V. Alteza não sómente no que toca à dignidade real, mas à maneira e costumes de sua vida é mui temperado. (...) A mesa real de V. Alteza assi como é servida como cumpre a seu alto estado, assi não excede o modo na muita sobejidão dos manjares, que se agora em outras partes usam, os quais não sendo bons pera a vida, trazem consigo outro dano, que empecem com seu exemplo ao povo, que, como já disse, sempre folga de fazer o que vê e que seu príncipe faz.(...) Não é V. Alteza digno de pequeno louvor em beber água, posto que esta tam virtuosa manha lhe venha a ele e não menos aos infantes seus irmãos, como de herança leixada por el-rei D. Manuel, seu pai, de gloriosa memória. Diz Salamão nos Provérbios: "não queiras aos reis dar vinho, porque onde reina o vinho, não reina nenhum segredo".(...) Olhemos Portugal e o que se agora nele usa, e acharemos que a temperança dos homens nos trajos e vestidos nasce toda do bom exemplo de V. Alteza. (*Pan.*: 143-146)

---

<sup>20</sup> David é, dos reis da Bíblia, aquele que João de Barros toma como modelo do bom príncipe, enquanto que, nos da Antiguidade Clássica, atribui esse lugar a Octávio César Augusto, o primeiro imperador de Roma.

E confirma Inácio de Morais:

*Omnibus enim perspicuum est quam breue ex quotidianis negotiis tempus ad epulas tibi reliquum facias, quam moderato et parabili cibo utaris, et cum tanta sis continentia ut uinum nunquam biberis, sed tantum puram aquam potites. Est profecto quod tibi inuideant cum multi ac magni duces tum maxime Alexander qui per ebrietatem interdum nefaria commisisse traditur. Corporis autem ornatui tam parum indulges, ut nihil fere in hoc a tuis popularibus discrimineris. Illa quoque moderatio tua satis laudari non potest quod semper illud caues nequid temere, nequid iracunde fecisse videaris. Porro ad liberalitatem sic pronus es, ut inter alias tuas uirtutes haec quoque paene sit admirabilis, adeo ut uelut perenne quoddam flumen intersistere nequeat. (Or. Pan.: fls. Biiij<sup>v</sup>-C)*

Com efeito é claro para todos como aproveitais para as tuas refeições o pouco tempo que sobra dos teus afazeres quotidianos, como te alimentas de forma frugal e comum, e como és de tão grande continência que nunca provaste vinho, mas apenas bebes água pura. É na verdade isto que te invejam não só muitos e grandes chefes, mas sobretudo Alexandre, de quem se diz que algumas vezes cometeu crimes abomináveis por embriaguês. Por outro lado, ocupas-te tão pouco com o ornato do corpo que nisto não te distingues quase nada dos teus súbditos. Também não pode ser suficientemente louvada a tua famosa moderação, porque tens sempre cuidado para que não pareça que fizeste algo ao acaso ou com cólera. Além disso, és tão propenso à liberalidade que, entre as tuas outras virtudes, também esta é a tal ponto quase admirável que, como um rio perene, não pode deter-se.

O passo citado termina com uma especial referência à liberalidade do rei, uma virtude que João de Barros e Inácio de Morais não deixam de enaltecer. Indizível é, segundo João de Barros, a liberalidade de D. João III:

Quem poderia dizer quam liberal V. Alteza é nos gastos dos hospitais, mosteiros e igrejas de seus reinos, muitas delas edificando magnificamente, outras provendo de suntuosos retábulos e ornamentos, e geralmente a todas e assi a muitas fóra do seu reino fazendo esmolas mui grandes em todo o tempo? (Pan.: 41) (...) Finalmente, de tal maneira é magnífico distribuidor de suas riquezas, que sempre se guarda dos extremos; e assi como não se esquece da conservação e acrescentamento de sua fazenda, assi a fonte de sua magnificência está sempre aberta pera todos seus amigos e vassalos. (Pan.: 79) (...) Não cessava com igual prudência e magnanimidade de socorrer continuamente as necessidades de todo o seu povo, muito mais do que a qualidade dos tempos parecia que pudesse suportar. (Pan.: 137-138)

À liberalidade régia recorriam inúmeras pessoas para as mais variadas situações. É o que nos diz Inácio de Moraes:

*Quotus enim quisque est in Lusitania, quem liberalitas regia non subleuet? Non habet aliquis unde liberos suos in litterarum studiis alat; ad regiam confugit beneficentiam. Non habet dotem qua filiam in matrimonium collocet; regium implorat auxilium. Enatauit aliquis e naufragio, facta rei iactura, regium poscit subsidium. Deest pecunia qua quis meritam in studiis lauream adipiscatur, regiam petit opem. Collabuntur aedes sacrae, regio sumptu instaurantur. Quid multis? Athenis accepimus locum fuisse quod Prytaneion appellabant, ubi de republica benemeriti publico sumptu alebantur. At in nostra Lusitania domus Regia non modo de republica benemeritis sed omnibus etiam egenis et calamitosis opitulatur. (Or. pan.: fl. C)*

De facto, quão poucos há, em Portugal, a quem a tua régia liberalidade não ajude? Alguém não tem com que sustentar os seus filhos no estudo das letras; recorre à beneficência régia. Não tem dote para casar a filha; implora o auxílio do rei. Salvou-se alguém de um naufrágio; calculados os prejuízos, pede o subsídio régio. Falta dinheiro para que alguém obtenha a merecida coroa de loureiro nos estudos; pede o auxílio régio. Desabam templos sagrados; são restaurados à custa do rei. Para quê mais exemplos? Ouvimos dizer que existiu, em Atenas, um lugar que chamavam Pritaneu onde os que serviram bem a nação eram alimentados à custa do estado. Mas, no nosso Portugal, a casa real não só auxilia os que serviram bem o estado, mas também todos os necessitados e infelizes.

Uma outra qualidade do rei salientada é a coragem ímpar com que ele suportava os golpes que a fortuna adversa lhe foi lançando. João de Barros pergunta mesmo:

Quem viu nunca seu rosto alterado nem vencido de alguma paixão, por nenhuma grande adversidade? (*Pan.:* 137)

Inácio de Moraes realça mais ainda esta qualidade do rei ao recordar que D. João III viu morrerem-lhe os seus dez filhos e quase todos os seus irmãos<sup>21</sup>, e resistiu estoicamente, ao contrário do que

---

<sup>21</sup> De facto, D. João III suportou estoicamente não só a morte de todos os seus filhos: D. Afonso (n. em 24/02/1526; f. com um mês); D. Maria (n. em 15/10/1527; f. em 12/08/1545); D. Isabel (n. em 28/04/1529; f. de tenra idade); D. Beatriz (n. em 15/02/1530; f. pouco depois); D. Manuel (n. em 01/11/1531; f. em 14/04/1537); D. Filipe (n. em 25/03/1533; f. em 29/04/1539); D. Dinis (n. em 06/04/1535; f. em 01/01/1537); D. João (n. em 03/06/1537; f. 02/01/1554); D. António (n. em 09/03/1539; f. em 20/01/1540); D. Duarte (n. em 1521; f. em 11/11/1543); mas também a de quase todos os seus irmãos: D. Isabel (n. em 24/10/1503; f. em 1/05/1539); D.

aconteceu com figuras tão notáveis como Sertório, Octávio César Augusto ou Alexandre Magno, que nem sempre foram capazes de resistir às perturbações do espírito:

*Quanta quoque magnitudinis animi tui et excelsi cuiusdam roboris exempla edidisti, non est profecto obscurum. Quoties enim cumque (quod aerumnosa mortalitas uitare non potest) aduersa fortuna sua tela in te iacit, quam fortiter, quam moderate illa perfers! Vidisti breui annorum spatio numerosae sobolis tuae alia super alia congesta funera et carissima pignora in ipso aetatis flore fatis intercepta. Vidisti carissimorum fratrum identidem et sororum interitus. Sed memor humanae conditionis, omnia haec uulnera acerbissima pari constantia toleras et (ut at poeta) premis altum corde dolorem. Denique quacunque accepta clade Daudis exemplo ad gratias diuino numini agendas animum conuertis. Nam cum omni prosperitate sis dignus, si quid aduersi cadat, Christianae patientiae materiem tibi praeberi non ignoras cum secunda felices aduersa magnos probent.*

*Cedat igitur huic tam eximiae uirtuti tuae Sertorius ille qui cum bello terribilis esset, et Lusitanas regeret phalanges, audita tamen matris morte, paruum abfuit, quin maerore interiret.*

*Cedat Augustus Caesar qui cum duce Quintilio Varo infeliciter a Romanis in Germania pugnatum esset, adeo consternatus est ut barba et capillo submisso, caput interdum foribus illidens, indecorum ederet clamorem: "Quintili Vare, legiones redde".*

*Cedat item magnus ille Alexander qui memor turpissimae caedis, quam per uinolentiam patrarat, dum tandem ad se rediit, doloris impatiens cibo abstinebat et ferrum in se intorquere parabat, nisi ab amicis prohibitus esset.*

*Quid autem tantorum uirorum fama indignius quam corporis dolores aequo animo pati, animi autem perturbationibus resistere non posse? (Or. Pan.: fls. Bvº-Bij)*

Não é certamente pouco conhecido quão grandes exemplos tu deste também da grandeza de alma e de uma força superior. Com efeito, sempre que a fortuna adversa te lança os seus golpes (o que a infeliz condição humana não pode evitar), com que força, com que moderação, os suportas! Viste, num curto espaço de anos, os cadáveres da tua numerosa descendência amontoados, uns sobre os outros, e os caríssimos filhos roubados pelos fados na própria flor da idade. Viste, repetidas vezes, a morte dos teus caríssimos irmãos e irmãs. Mas, lembrado da condição humana, suportas com igual constância todos estes dolorosíssimos golpes e (como diz o poeta) "escondes no fundo do coração a dor". Finalmente, a exemplo de David, depois de teres aceitado

---

Beatriz (n. em 31/12/1504; f. em 8/01/1538); D. Luís (n. em 3/03/1506; f. em 27/11/1555); D. Fernando (n. em 5/06/1507; f. em 7/11/1534); D. Afonso (n. em 23/04/1509; f. em 21/04/1540); D. Maria (1511-1513); D. Duarte (n. em 7/10/1515; f. em 20/09/1540); D. António (n. em 9/09/1516; f. de tenra idade) e D. Carlos (n. 18/02/1520; f. em 15/04/1521) (cf. J. V. SERRÃO (1980: 421-424).

qualquer tipo de desgraça, alteras o espírito para dares graças à vontade divina. Na verdade, embora sejas digno de toda a prosperidade, se te acontece algo de adverso, não ignoras que te está a ser oferecida ocasião para a paciência cristã, porque as coisas favoráveis mostram os que são felizes e as desfavoráveis os que são grandes.

Esqueça-se, portanto, perante esta tua tão notável virtude, o ilustre Sertório que, embora fosse terrível na guerra e comandasse as tropas lusitanas, todavia, ao ouvir a notícia da morte da mãe, pouco faltou para morrer de tristeza.

Esqueça-se César Augusto que, como tivesse sido travada pelos romanos uma batalha infeliz na Germânia, sendo general Quintílio Varo, ficou de tal modo consternado que, com a barba e o cabelo crescido, batendo várias vezes com a cabeça na porta, gritava de forma indigna: "Quintílio Varo, restitui-me as legiões".

Esqueça-se também o grande Alexandre que, quando finalmente voltou a si, lembrando-se do muito vergonhoso assassinio que cometera por embriaguês, não podendo suportar a dor, abstinha-se de comer e preparava a espada para se matar, se não tivesse sido impedido pelos amigos.

Que há, porém, de mais indigno da fama de tão célebres homens, do que suportar com resignação as dores do corpo mas não poder resistir às perturbações do espírito?

Os reis, por se lhes reconhecer autoridade moral em relação ao comum dos mortais, não podiam exprimir a dor que sentiam, sendo, por isso, obrigados a dissimulá-la. Esta dissimulação como que encarna o ideal estóico, tão prezado por reis e príncipes desta época. João de Barros não realça especificamente este facto, obviamente por razões cronológicas, se bem que, em 1533, já tivessem falecido três filhos de D. João III e três dos seus irmãos.

A esta coragem estóica do rei não devia ser alheia a sua religiosidade. Aliás, para João de Barros "mui necessário é o temor de Deus e do outro mundo para a conservação de qualquer Estado, porque o bom príncipe por força há de acatar o temor de Deus, e o seu acatamento dura para sempre" (*Pan.*: 47) e, nesta linha de pensamento, enaltece o cuidado que D. João III punha na "reformação das Ordens, veneração do culto divino e conservação da fé cristã" (*Pan.*: 41). Para ilustrar a importância da religião, João de Barros aponta, ao longo das páginas 54-60, exemplos de alguns príncipes que, à semelhança do que acontecia com os reis do Antigo Testamento, eram recompensados, por amarem efectivamente Deus, ou castigados, por o terem ofendido ou negado.

Segundo Inácio de Moraes, a religiosidade do rei não lhe permitia pegar em armas contra os cristãos. Sentia horror às guerras criminosas e injustas. As suas guerras tinham como único objectivo

propagar o mais possível a religião cristã, não para mostrar força mas para ensinar a benevolência; não para dominar com orgulho, mas para olhar pelos vencidos, para os salvar:

*Cum bellicosissimis gentibus imperes, cum opibus excellas, non tuas tamen vires in quemquam experiris, nisi in hostes tantum nominis Christiani. Non impia sumis arma, nec te fraterno sanguine contaminas. Omnes enim fratres sumus, quicumque capiti Christo adhaeremus et ecclesiae societate coniuncti sumus. Tu nefaria et iniusta bella uehementer exhorres, tantum honesta suscipis, non ut imperii tui fines, sed ut christiana religio quam longissime propagetur, non ut robor ostentes, sed ut mansuetudinem doceas, non ut superbe domineris, sed ut ad pietatis et iustitiae societatem uictis consulas, felicissimum sane genus uictoriae, in qua uicti hostes eo ipso quod uincuntur seruantur, alioqui perituri. (Or. pan.: fl.Bij)*

Embora comandes gente muito belicosa e sobressaias com os teus recursos, todavia não experimentas as tuas forças contra um qualquer, mas somente contra os inimigos do nome de Cristo. Não pegas em armas ímpias, nem te contaminas com sangue fraterno. Com efeito, somos todos irmãos, estamos todos ligados à mesma cabeça, a Cristo, e estamos todos unidos pela aliança da Igreja. Sentes horror às guerras criminosas e injustas, e somente fazes guerras honestas, não para alargares as fronteiras do teu império, mas para que se propague o mais longe possível a religião cristã; não para mostrares força, mas para ensinares a benevolência; não para dominares com orgulho, mas para olhares pelos vencidos no interesse da união da piedade com a justiça, felicíssimo género de vitória, em que os inimigos vencidos, pelo facto de serem vencidos, são salvos, quando de outro modo haveriam de perecer.

Depois de ter louvado os diferentes príncipes que reinaram em Portugal desde os seu primórdios, João de Barros realça a luta constante que D. João III conduziu contra os infieis:

Qual príncipe converteu à Fé de Cristo tantas províncias, tanta multidão de almas, cuja bem-aventurança não pode deixar de ser comunicada com a causa dela? Qual príncipe com suas vitórias e triunfais armadas rodeou o Mar Oceano, passou os termos e limites da navegação geral, alcançou tam grande fama na derradeira parte do Oriente, foi tam temido de reis poderosos e senhores tam apartados, finalmente fez conversáveis aos cristãos com as nações do nosso Ponente? (...) V. Alteza além de a seus naturais manter em muita paz e justiça, manda continuamente por mar e por terra seus exércitos e grossas armadas contra os infieis, buscando sempre novos triunfos e vencimento; de tal maneira tempera a paz com a guerra, que nem seus reinos carecem do bem da paz, nem a fôrça e opinião da gente se perde por falta de exercício das armas. (*Pan.*: 38-39).

Recorde-se que dilatar a fé e o império era, no século XVI, o ideal da nação, imortalizado por Camões:

E também as memórias gloriosas  
Daqueles Reis que foram dilatando  
A Fé, o Império, e as terras viciosas  
De África e de Ásia andaram devastando.

*Lusíadas*, I, 2, 1-4

O ideal religioso era como que a alma do povo, não sendo pois, por isso, de estranhar que D. João III se tenha assumido como o grande paladino da vocação missionária do povo português, levando a religião cristã até às regiões mais recônditas do mundo.

João de Barros e Inácio de Moraes apresentam o exemplo de D. João III para, por um lado fazerem a apologia da paz, e por outro louvarem as guerras justas e criticarem as guerras entre cristãos, particularmente as lutas entre Carlos V e Francisco I.

Diz João de Barros:

Não há no mundo triunfo nem vitória que se possa comparar com os bens da verdadeira paz; por tanto pelejem de uma parte os reis cristãos, e tenham guerra uns com os outros, vão contra a paz, que N. Senhor tanto encomendou a seus discípulos (...) V. Alteza doutra parte prossiga, como faz, sua mui santa tenção, faça guerra aos infieis e mouros d'África; e, movido do santíssimo zelo, converta Etiópia e Arábia, Pérsia e Índia à verdadeira fé de Cristo. (*Pan.*: 24)

Mais val o descanso da boa paz que o sobejo exercício das armas; porque, posto que elas prometam vitórias, ou a guerra em si é de todo injusta e não pertence ao príncipe cristão, ou tem muitos inconvenientes, que dela podem nascer, que devem todos ser olhados primeiro que nada se cometa; por quanto os começos da guerra estão em nosso poder e os cabos não. Eu não entendo aqui da que se faz aos infieis e imigos de nossa Santa Fé; porque esta, sendo justa, é proveitosa e traz grande louvor ao rei cristão; mas toda a outra sorte dela, que agora se usa mais do necessário, não sendo em defesa da Pátria, se deve muito fugir e estranhar. (*Pan.*: 26)

São as seguintes as palavras de Inácio de Moraes:

*Discant ergo ex te uerae fortitudinis exemplum quicumque iniusta bella gerunt, siue qui, christiani cum sint, in mutuam perniciem armis congregiuntur. Sciant bellum, nisi quod leges praescribunt, nefarium esse naturae inimicuae utique hominem ad pacem et mutuam concordiam genuit. Christus namque idcirco toties pacem commendat, quia maxime necessariam et quia bellum omne genus malorum in rempublicam inuehit. Quamobrem cum bello nihil magis dedeceat omne genus hominum, quanto turpius est homini Christiano? Ex quo*

*procul dubio pietas tua nostro saeculo magis eminuit, qui non modo in tua republica paci semper seruandae studueris, sed alios etiam Christianos principes armis dissidentes ad mutuam pacem et concordiam sis adhortatus et quamquam iura sanguinis atque aliae necessitudinum rationes hinc atque inde te poterant ad bellum mouere, in eodem tamen proposito semper pacis retinendae permansisti. (Or. pan.: fl.Bijv<sup>o</sup>)*

De ti aprendam, portanto, o exemplo da verdadeira força, os que fazem guerras injustas, ou os que, embora sendo cristãos, combatem para perdição mútua. Saibam que a guerra, excepto a que as leis determinam, é um inimigo prejudicial à natureza, que gerou o homem sobretudo para a paz e mútua concórdia. Por isso Cristo recomenda sempre a paz, porque ela é muito necessária e porque a guerra traz para a nação todo o género de males. Por isso, como nada é mais inconveniente para toda a raça humana do que a guerra, quão mais torpe ela é para um cristão? Daí que a tua piedade mais tenha sobressaído, sem dúvida, no nosso século, porque tu não só sempre desejaste que a paz fosse mantida no teu reino, mas também exortaste à concórdia e paz mútua outros príncipes cristãos separados pela guerra. Embora laços de sangue e outras relações de amizade te pudessem levar à guerra por uma facção ou por outra, todavia permaneceste sempre no mesmo propósito de que a paz deve ser mantida.

É clara, neste passo, a alusão que o humanista faz à guerra entre Carlos V e Francisco I, os senhores dos dois mais poderosos estados do mundo cristão do século XVI. Carlos V, rei de Espanha e imperador da Alemanha, senhor de grande parte da Europa, pretendia dilatar o seu domínio. Contra as suas intenções surgiu, no entanto, Francisco I, rei de França. Ora, D. João III era cunhado de Carlos V, mas também eram antigas e cordiais as relações de Portugal com a França. Nestas circunstâncias não era fácil para D. João III conservar a neutralidade neste conflito. No entanto, e apesar das pressões de ambas as partes, D. João III soube, diplomaticamente, manter a sua neutralidade.

Embora assumidamente pacifista:

Não há guerra tam próspera nem tam vitoriosa, em que se viva com tanto descanso, como no tempo da paz. (*Pan.*: 27)

João de Barros, imbuído de um espírito de cruzada e de patriotismo, era defensor das guerras justas e necessárias. É o que se depreende das suas próprias palavras:

As guerras, que começar, sejam pera conservação da república e defensão da paz, a que sôbre tudo se deve ter respeito. (*Pan.*: 63)

Deve-se fugir à guerra quanto fôr possível, mas depois que justamente fôr cometida, mais aproveita a uma república levá-la àvante com perigo, que desistir dela com vergonha. (*Pan.*: 125)

Mas o exército português não estava ao serviço de guerras entre cristãos, apenas lutava contra os inimigos da religião cristã. Aliás, João de Barros e Inácio de Moraes não deixam de salientar que D. João III enviava, para onde quer que fosse necessário, auxílios em defesa da religião:

*Non modo contra Christianae religionis hostes assiduum habes in armis exercitum, sed ubicumque etiam opus est pro eiusdem religionis defensione auxilia mittis. (Or. pan.: fl.Biij)*

Não só tens um exército permanentemente em guerra contra os inimigos da religião cristã, como também envias, para onde quer que seja necessário, auxílios em defesa da mesma religião.

O humanista bragantino aponta mesmo alguns exemplos desses auxílios do rei de Portugal para defesa da religião cristã:

*Rhodon urbem Asiae magnam olim Christianissimam arcem oppugnabat nostris temporibus Turca. Tu primus aduersus illum classem ualidissime instructam misisti, quae si secunda nauigatione delata fuisset ingentem haud dubie terrorem hostibus attulisset. Idem quoque hostis Turca, Vngaris bellum intulit, quod ut tibi cognitum est continuo thesauros tuos profers, legatos cum grandi pecunia in Germaniam mittis, qui tuo sumptu auxiliares copias conflent. Quae res cum ageretur nuntiatum tandem Vngarorum exercitu fuso, et rege Ludouico extincto, frustra auxilium comparari.*

*Traiecerat in Africam Carolus Caesar et oppidum Tunetem obsidebat; praesto adfuit classis tua uiris atque armis munitissima, cuius in eo bello uirtus fuit spectabilis et nomine digna Lusitano. Et quoniam te rationes tuae non patiuntur regni tui finibus egredi, aduolauit cito Ludouicus princeps frater tuus fortissimus, et cum cognato Caesare arma sociauit. (Or. pan.: fl. Biij)*

No nosso tempo, os turcos assaltavam Rodes, grande cidade da Ásia, desde há pouco fortaleza cristã. Tu foste o primeiro a enviar contra eles uma armada muito bem preparada que, se tivesse sido levada por uma navegação favorável, teria causado, sem dúvida, grande terror aos inimigos.

O mesmo inimigo turco levou também a guerra aos Húngaros, e desde que foste informado disso, ofereces continuamente os teus tesouros e envias para a Germânia legados com muito dinheiro para, a expensas tuas, formarem tropas auxiliares. Como se estivesse a tratar disso, é anunciado, por fim, que, destruído o exército dos Húngaros e morto o rei Luís, o auxílio estava a ser preparado inutilmente.

Carlos César atravessara para África e atacava a fortaleza de Tunes; imediatamente lhe prestou auxílio uma tua armada bem apetrechada de homens e armas, cuja bravura nessa guerra foi admirável e digna do nome lusitano. E porque as tuas obrigações não te permitiam sair das fronteiras do teu reino, ocorreu imediatamente o teu muito valoroso irmão, o príncipe Luís, que juntou o seu exército com o do teu cunhado César.

Um outro aspecto comum a estes dois panegíricos é a exaltação da ideia imperialista, que o fervor patriótico de ambos os humanistas soube acentuar. João de Barros incita mesmo o rei a prosseguir com a guerra aos infiéis:

V. Alteza doutra parte prossiga, como faz, sua mui santa tenção, faça guerra aos infieis e mouros d'África; e, movido do santíssimo zelo, converta Etiópia e Arábia, Pérsia e Índia à verdadeira fé de Cristo. (*Pan.*: 24)

Portugal, com as suas inúmeras conquistas, surgia aos olhos dos escritores portugueses como o herdeiro da Roma Antiga. A este propósito diz João de Barros:

A nação português hoje mais que nenhuma (se me não engano) conserva a gravidade e desejo de honra, que antigamente soía ter o povo romano. (*Pan.*: 119)

Inácio de Moraes, por seu lado, não deixa de salientar os feitos bélicos dos portugueses sob o comando de D. João III que, embora em pequeno número, submeteram grande parte de África e quase todo o Oriente:

*Auget quoque tuam felicitatem, rex potentissime, quod iis hominibus imperas qui mentis constantia et corporis uiribus nulli hominum generi sunt inferiores, quique omnibus bonis quaecunque in uita contingunt, laudem et gloriam anteponunt. Hinc est quod saepe nostrorum hominum ingenia et facta mecum animo reputans, ausus sum illud affirmare; aut non alios prorsus Romanam uirtutem adaequare aut certe propius referre. Nihil equidem ad gratiam fingimus sed quae partim uetustis latinae historiae libris sunt comprehensa, partim nostra aetate quotidie uidemus. Etenim si Lusitanorum paucitas aduersus tantam hostium multitudinem spectetur, quis non iure miretur tot asperrima bella a nostris suscepta et tam felici rerum successu confecta? Tot urbes, tot oppida ui capta, uastos oceani fluctus perdomitos, nouas insulas, nouas regiones ac nostro orbi incognitas repertas? Denique magnam partem Africae, totum fere Orientem subactum, in cuius ultimam fere plagam arma Lusitana sunt illata et alte sacratissimae Crucis uexilla imposita, quo nec Augusti Caesaris, nec Alexandri olim uirtus penetravit. (Or. pan.: fls. Biiij-Biiij<sup>o</sup>)*

Aumenta também a tua felicidade, rei poderosíssimo, o facto de comandares estes homens que, pela firmeza de espírito e forças do corpo, em nada são inferiores a quaisquer outros homens, e que põem o louvor e a glória acima de todos os bens, sejam eles quais forem, que lhes caibam em sorte. É a partir disto que muitas vezes, reflectindo comigo mesmo nas qualidades e feitos dos nossos homens, ousou afirmar o seguinte: que nenhuns outros igualam tão perfeitamente a coragem militar romana, ou, pelo menos, a reproduzem tão bem. Na verdade, não estou a inventar para agradar, pois algumas destas coisas estão contidas nos velhos livros de história latina; outras, vemo-las todos os dias na nossa época. Com efeito, se se tiver em conta o pequeno número dos portugueses relativamente a um tão grande número de inimigos, quem não se admirará, com razão, de tantas duríssimas guerras pelos nossos empreendidas e terminadas com tão feliz sucesso de feitos militares? E de tantas cidades, tantas fortalezas tomadas pela força, grandes tempestades do oceano domadas, novas ilhas, novas regiões desconhecidas e encontradas para o nosso orbe? Em suma, submeteu-se grande parte de África, quase todo o Oriente, para cuja região quase extrema foram levadas as armas lusitanas, e ao alto colocados os estandartes da Santíssima Cruz, até onde não penetrou outrora nem a bravura de César Augusto nem a de Alexandre.

A liberalidade de D. João III e o seu amor pela religião, pelas letras e pela paz, era tal que levou Inácio de Moraes a, hiperbolicamente, confessar que quem quer que leia as velhas histórias dos gregos ou dos romanos dificilmente encontrará algum príncipe que possa comparar-se-lhe:

*Si quis ueteres tum Graecorum tum Romanorum historias euoluat, uix principem aliquem, qui tecum conferri possit reperiet. (Or. pan: fls. C-Cvº)*

Se alguém ler as velhas histórias tanto dos Gregos como dos Romanos, a custo encontrará algum príncipe que possa comparar-se contigo.

Os humanistas tinham o hábito de comparar os reis com alguns dos príncipes da Antiguidade Clássica que eles consideravam possuidores das virtudes próprias do príncipe ideal. Aliás, era comum nos autores renascentistas não só o recurso à comparação com figuras da Antiguidade Clássica ou bíblicas, mas também o recurso à imitação, adaptação, ou simplesmente transcrição, de passos mais ou menos longos de modelos clássicos greco-latinos, dos textos bíblicos, e até dos próprios humanistas; ainda que, por vezes, essas influências não

passem de reminiscências mais ou menos vagas desses autores<sup>22</sup>. Citar ou aproveitar os textos dos autores clássicos era, como refere Nair Soares, "uma necessidade, um hábito, uma atitude estética que dimensionava a tratadística do Renascimento à sua escala europeia e lhe conferia universalidade".<sup>23</sup> E não esqueçamos que tanto João de Barros como Inácio de Moraes se formaram, do ponto de vista cultural, sob o signo do classicismo, do humanismo Itérico e do humanismo cristão. É, pois, por isso, notória nestes dois humanistas, a familiaridade com os autores e os textos da Antiguidade Clássica, da Sagrada Escritura, e de alguns humanistas.

No *Panegírico de D. João III* de João de Barros, são visíveis, para além de inúmeros exemplos extraídos da *Bíblia*, contactos com a obra dos seguintes autores:

GREGOS: Homero, Platão, Plutarco, Hecateu (historiador), Anaxágoras, Xenócrates (filósofo), Aristóteles, Heródoto, Sócrates, Teofrasto, Teócrito, Carnéades (filósofo céptico), Epicuro, Hesíodo, Pitágoras, Cleobulo (um dos sete sábios da Grécia), Heraclito, Xenofonte, Antístenes (filósofo cínico) e Díon (orador e filósofo).

LATINOS: Plínio-o-Moço, Tito Lívio, Claudiano, Rabírio (poeta), César, Cícero, Séneca, Pacato (autor do *Panegírico de Teodósio*), Mamertino (autor do *Panegírico de Juliano*) e Ausónio.

Note-se que, neste panegírico, as citações bíblicas são tão frequentes como as da antiguidade pagã; há uma clara simbiose entre elas, o que, aliás, era um fenómeno característico do Renascimento.

Na *Oratio panegyrica* de Inácio de Moraes detectam-se também algumas citações da Sagrada Escritura a par de contactos com obras dos seguintes autores gregos e latinos:

GREGOS: Homero, Plutarco, Platão.

---

<sup>22</sup> A identificação das fontes nem sempre é muito fácil, pois os humanistas nem sempre as identificam claramente e, frequentemente, não resultavam da leitura directa das obras dos diferentes autores, mas eram obtidas através da leitura de colectâneas onde se organizavam tematicamente excertos de obras de diferentes autores, ou de antologias de lugares-comuns, de sentenças várias e de informações históricas. Estas colectâneas funcionavam como verdadeiras enciclopédias gerais ou especializadas, onde os humanistas encontravam os passos mais importantes dos autores clássicos greco-latinos, dos medievais, dos humanistas, da Bíblia e da Patrística, em áreas diversas como a história, a mitologia, a filosofia, a religião, a poesia, etc.. O *Viridarium* de Octaviano Mirandula, os *Epitheta* de João Ravísio Textor e a *Polyanthea* de Domenico Nano Mirabelo são exemplos de algumas dessas colectâneas.

<sup>23</sup> N. C. SOARES (1994: 225).

LATINOS: Plínio-o-Antigo, Claudiano, Suetónio, Cícero, Salústio, Virgílio, Quinto-Cúrcio, Valério Máximo e Catão.

Neste texto de Inácio de Moraes, embora os exemplos clássicos também coexistam com os exemplos da Sagrada Escritura, estes últimos estão claramente em menor número, mas, em contrapartida, aparecem algumas citações de autores humanistas como Erasmo e Ângelo Policiano. Por outro lado, o texto de João de Barros apresenta mais comparações e citações do que o de Inácio de Moraes, que é muito mais sintético e menos redundante, o que se reflecte na diferença, em termos de tamanho, entre os dois panegíricos: o de João de Barros é bem mais extenso.

Destes diferentes autores, aproveitaram os dois humanistas para os seus panegíricos não só conceitos e exemplos da moral clássica e da doutrina da moderação, mas também um fundo de erudição e uma visão para o julgamento de factos e atitudes. Ao apontarem inúmeros exemplos, ao longo dos seus textos, ambos tentaram, de acordo com o que é habitual neste tipo de composição literária, apresentar um conjunto de princípios morais, elogiando e exaltando repetidamente as atitudes e os comportamentos do rei, de modo a despertar nas pessoas o desejo de imitação deste príncipe, que eles procuraram apresentar como modelo de príncipe ideal.

Em suma, apesar das características próprias do panegírico, que levam o escritor a, propositadamente, negligenciar certos actos ou características menos positivas da pessoa biografada, e ainda do facto de ambos os humanistas terem sido amigos pessoais e protegidos do rei, afigura-se-nos, no entanto, como fundamental que estes textos de dois importantes humanistas portugueses de Quinhentos sejam tidos em conta por todos aqueles que pretendam estudar a vida e a personalidade de D. João III. É que, se nos parece muito duvidoso que D. João III tenha sido o modelo de virtudes narradas por João de Barros e Inácio de Moraes, menos duvidosa não é, sem dúvida, também a afirmação de teor marcadamente apocalíptico feita por Alexandre Herculano no prefácio dos *Anais de D. João III*, de Frei Luís de Sousa:

O espectáculo dos reinados de D. Manuel e D. João III é um vasto cemitério de podridão e lentejoulas, a que uma história sem filosofia e sem verdade chama época gloriosa.

De facto, só conhecendo e analisando à luz da própria época, de forma objectiva e sem qualquer paixão ou ódio exacerbado, todo o tipo

de textos relativos a uma determinada figura, se poderá evitar que sejam proferidos juízos de valor excessivamente subjectivos.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, J. (1943), *Panegíricos*, Lisboa.
- BRANDÃO, M. (1941-1969), *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, Coimbra.
- CASTRO, A. M. S. (1914), “Vinda de El-Rei D. João 3º a Coimbra no ano de 1550”: *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade*, Coimbra.
- COUTO, A. P. (1995), *Vida e obra de Inácio de Moraes*, Coimbra. (Tese de doutoramento policopiada).
- LUCENA e VALE, A. (1970), “No quarto centenário de João de Barros – Da verdadeira interpretação do *Panegírico da Infanta* à naturalidade viseense do grande historiador”: *Beira Alta*, 29, 315-349.
- MORAIS, I., *Ignatii Moralis oratio funebris in interitum serenissimi regis Ioannis ad patres conscriptos Conimbricensis Academiae*. Conimbricae. Anno MDLVII. Excudebat Ioannes Aluarus Typographus Regius, apud quem est uenalis.
- , *Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioannem tertium, nomine totius Academiae Conimbricensis, atque in eiusdem scolis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, et regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus* (s.l.; s.d.).
- PINHEIRO, A. (1785), *Collecção das obras portuguesas do sábio Bispo de Miranda e de Leiria*, feita por Bento José de Sousa Farinha, I, Lisboa.
- PRADO COELHO, J. (Dir.) (1987), *Dicionário de Literatura*, vol. 3, Porto.
- SERRÃO, J. V. (1980), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa.
- SILVA DIAS, J. S. (1960), *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra.
- SOARES, N. C. (1994), *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra.
- SOUSA, Fr. L. (1938), *Anais de D. João III*, Lisboa.